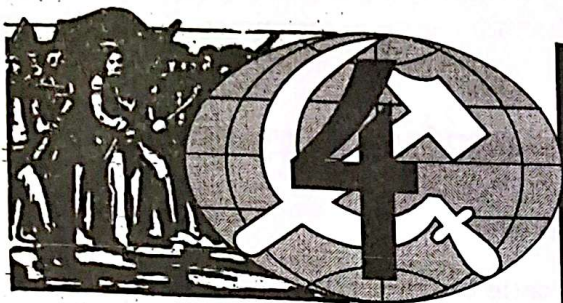




EM DEFESA DA REVOLUÇÃO E DITADURA PROLETÁRIAS

4th MASSAS

ÓRGÃO BISEMANAL DA TENDÊNCIA PELO PARTIDO OPERÁRIO REVOLUCIONÁRIO
MEMBRO DO COMITÊ DE ENLACE PELA RECONSTRUÇÃO DA IV INTERNACIONAL
ANO XIII - Nº 252 - DE 17 DE JANEIRO A 03 DE FEVEREIRO DE 2003 - R\$ 1,00

**Previdência: combater a reforma
antitrabalhadora do governo petista**



VI Congresso do POR

- **Não ao apoio ao governo Lula**
- **Não ao pacto social**
- **Nenhuma organização de massa nas negociações do pacto**
- **Que o governo atenda as reivindicações das massas e cumpra suas promessas de campanha:
10 milhões de empregos, 3 refeições ao dia aos famintos e reforma agrária**

Ao lado do Iraque contra o imperialismo:

Fora com a resolução da ONU, marionete do imperialismo!

Em defesa da autodeterminação do Iraque contra a ingerência norte-americana

Quinzena de Luta do Movimento Operário

Saúde não se vende

Denunciamos a postura da Volks de não caracterizar as doenças profissionais como: tendinite, bursite e Hernia de disco.

Veja como isto acontece:

O que é CAT? (Comunicação de acidente de trabalho ou doença profissional)

É um documento formal que a empresa deve obrigatoriamente preencher em 6 vias, toda vez que ocorre um acidente no trabalho ou no trajeto, ou quando se constata que o trabalhador está com doença ocupacional, como tendinite, bursite e outras.

A CAT deve ser preenchida pelo departamento médico da empresa e encaminhada diretamente a perícia do INSS para caracterização e estabelecimento de indenização acidentária quando o trabalhador adquirir doença ocupacional.

O problema é que há mais de 5 anos a Volks não emite CAT. Ou seja, não caracteriza as doenças perante o INSS, deixando assim de contribuir com o SAT.

O que é o SAT? (Seguro de Acidentes de Trabalho)

É uma taxa obrigatória que toda empresa paga mensalmente, cujo valor é calculado na base de 1%, 2% ou 3% do total da folha de pagamento. Esse índice varia segundo o risco oferecido pela empresa aos seus trabalhadores. Ou seja, uma metalúrgica paga uma porcentagem mais alta do que um escritório.

O SAT, que é arrecado e administrado pelo Instituto Nacional de Seguridade Social (INSS), é responsável por todos os benefícios relacionados aos acidentes de trabalho, como: auxílio doença, aposentadoria por invalidez e outros.

Agora fica fácil saber o porquê da Volks não emitir CAT. Pois não emitindo CAT ela deixa de contribuir com o SAT e evita, conseqüentemente, o aumento das estatísticas de acidentes de trabalho dentro da Volks.

Na realidade, isso faz parte de uma tática da Volks para demitir os companheiros que adquirem doenças e já não conseguem acompanhar o ritmo acelerado da produção.

O Acordo Maldito demitiu doentes

Essa tática deu certo quando a direção do sindicato fez o maldito acordo de semana de 4 dias com a Volks. Além de reduzir em 15% nossos salários e terceirizar, deixou a Volks com a faca e o queijo na mão. Pois a empresa poderia abrir um PDV (obrigatório), onde 700 trabalhadores deveriam obrigatoriamente aderir e caso esse número não fosse atingido, a Volks indicaria as vítimas para completar os 700.

O que aconteceu? Depois de muita pressão e cartas de ameaça, apenas 200 operários pegaram o PDV. E em fevereiro, a Volks chamou e obrigou 500 companheiros a pegarem o PDV. E aqueles que se negavam a assinar o PDV, o RH dizia que se ele não assinasse ele seria demitido, teriam duas testemunhas que assinariam e ele seria demitido de qualquer maneira. Isso porque havia um acordo de 700 demissões, assinado pelo presidente do sindicato (Marinho).

E o que isso tem a ver com a CAT?

Tudo. Pois dos 700 demitidos, 492 eram portadores de doenças profissionais.

Tudo começou em 1997, quando o ainda vice-presidente de RH, Tadeu Peres, chamou o Marinho e toda a coordenação e informou que a Volks não mais emitiria CAT, ou seja, não caracterizaria as doenças ocupacionais.

Diante dessa atitude da empresa, a direção de nosso sindicato deveria ter convocado uma assembléia com todos os operários para organizar a luta pela emissão das CATs.

E o que a direção fez? Nada. Ao contrário, fez um acordo em novembro de 2001, onde permitia a Volks demitir e ainda mais demitir os companheiros com doenças profissionais.

A proposta operária:

1. Organizar e cobrar da direção de nosso sindicato que convoque uma assembléia geral de toda a fábrica para forçar a Volks a emitir a CAT, para os doentes profissionais, para que as doenças sejam reconhecidas.

2. E se o departamento de Saúde não emitir a CAT, os companheiros devem procurar os representantes das alas para que possamos organizar o movimento de defesa da saúde do trabalhador e do emprego.

Milite no POR, um partido de quadros, marxista-leninista-trotskista.

Discuta nosso programa.

CAIXA POSTAL Nº 01171 - CEP 01059-970 - SÃO PAULO

Primeiros passos do governo Lula/PT

Qual é a fisionomia que a cúpula dirigente do PT resolveu dar ao governo de Lula? Os ministérios econômicos foram ocupados por homens comprometidos com a continuidade da diretriz do FMI. São convertidos aos interesses do capital financeiro, como é o caso do ministro da Fazenda Antônio Palocci, do Planejamento, Guido Mantega, ou representante do grande empresariado, como o ministro da Indústria, Luiz Fernando Furlan.

Faz parte desse quadro o presidente do Banco Central, Henrique Meirelles, ligado ao BankBoston e parlamentar do PSDB.

Palocci foi talhado para o principal posto antes mesmo da vitória eleitoral. Despontou como defensor dos acordos com o FMI e das condições exigidas pelos especuladores internacionais. Henrique Meirelles é a garantia de que Palocci não pretende de fato operar nenhuma mudança na linha pró-imperialista articulada no governo FHC.

Os mecanismos de sustentação da vida interna e externa condicionam as medidas e gerenciamento da política econômica. Vemos, portanto, que o governo Lula se orienta para o capital financeiro e os monopólios.

Ao lado desse núcleo, que de fato será o governo, o PT fez proliferar ministérios, secretarias, assessores vincu-

Os assuntos trabalhistas, sociais, agrários e regionais. Procurou dar uma pequena inclinação à esquerda. O ministério do Desenvolvimento Agrário, voltado para a "reforma agrária", foi destinado à Democracia Socialista (DS), grupo vinculado ao mandelismo e revisionistas do trotskismo. Aí ocupa espaço a Comissão Pastoral da Terra (CPT), que tem muita influência na liderança do MST.

Para coordenar o projeto Fome Zero, foi nomeado um dos principais articuladores do governo Lula, José Graziano da Silva, e inventou-se o ministério das Cidades para abrigar Olívio Dutra, ex-governador do Rio Grande do Sul. Sua estrutura abrigará ONGs, Igrejas e toda sorte de parasitas que se arvoram salvadores dos miseráveis.

Não é preciso descrever mais a fisionomia do governo orientado para a proteção do capital financeiro e monopólios e para o assistencialismo apoiado pelo Banco Mundial (Bird), Banco Interamericano (Bid) etc.

Cabe ainda uma pouca palavras sobre o ministro das Relações Exteriores - Celso Amorim. Trata-se de um embaixador totalmente alinhado com os Estados Unidos. Sua missão: negociar a Alca. Com essa peça, está completo o núcleo que de fato governará sob a figura do Presidente Lula.

Reforma privatista da Previdência

O ministro da Previdência, Ricardo Berzoini, foi presidente do Sindicato dos Bancários de São Paulo. Mostrou ser um burocrata vendido ao capital financeiro. Agora completa sua biografia de carreirista a serviço dos exploradores e do imperialismo. Está encarregado de terminar a reforma de FHC.

Eliminará a aposentadoria integral do funcionalismo, em nome da justiça social. Manterá um teto baixo para obrigar uma parcela da classe média a complementá-la, favorecendo as agências de previdência privada. A grande maioria continuará com ganhos de fome. Essa é uma das reformas básicas acordadas com o FMI.

Reforma trabalhista de flexibilização

O ministro do Trabalho Jaques Wagner (PT), também ex-sindicalista, já mostrou a que veio: dar seqüência à reforma da CLT, em cuja base está o mecanismo de "flexibilização". Pede colaboração entre exploradores e explorados para as reformas.

A posição de desonerar a folha de pagamento das empresas implica destruir direitos trabalhistas, em nome de geração de emprego. É nesse sentido que se declarou favorável extinguir a multa de 40% no caso de demissão sem justa causa. Opôs-se a qualquer aumento da duração do seguro-desemprego.

Trabalhará como capacho do grande capital.

Caravana da pobreza

Lula e uma comitiva de 30 ministros e secretários encenarão o compromisso eleitoral de ser um governo dos pobres e miseráveis, comparecendo em locais de fome e miséria no Piauí e Pernambuco. O objetivo era lançar com estardalhaço o plano Fome Zero. Mas o ministro da Segurança Alimentar ainda não conseguiu dar o formato final ao assistencialismo petista. O Fome Zero tem por detrás os organismos internacionais do capital financeiro, que empresta dinheiro e impõem a política a ser seguida.

Formação do Conselho de Desenvolvimento Social

Tarso Genro, ex-prefeito de Porto Alegre, foi encarregado a constituir o Conselho, um órgão destinado ao pacto social. Participará dele os maiores capitalistas da indústria, agricultura, comércio e bancos; ao seu lado, sindicalistas como presidente da CUT, CNTE, Contag, Força Sindical etc. Seu objetivo: negociar os conflitos intercapitalistas e impor aos trabalhadores as reformas, sob a máscara da negociação democrática.

Desenvolvimento regional

O opositor de Lula, nas eleições, Ciro Gomes, acabou ficando com o ministério de integração nacional. Ligado às oligarquias nordestinas, Ciro Gomes toma a tarefa de reestruturar a antiga Sudene, fechada por FHC sob escândalo de corrupção. O PT, para governar, dependerá da velha estrutura oligárquica. Não por acaso, contraiu compromissos com os Sarney, chefe do bando que usava a Sudan para aumentar seus capitais e manter o domínio político.

Lei de Responsabilidade Fiscal

Vários estados estão quebrados. Não têm como pagar o funcionalismo. O governador do Espírito Santo (PSB) exorta os explorados a não fazerem greve. O governo do PT aplica a Lei de Responsabilidade Fiscal de FHC/FMI. Os 13% pa-

gos mensalmente à Federação servem para manter o Tesouro solvente com os credores internacionais, enquanto que os funcionários têm seus salários atrasados e não recebem o 13 salário. A Lei de Responsabilidade Fiscal - antes questionada pelo PT - é peça chave da política ditada pelo FMI.

Diante da crise na Venezuela

Hugo Chavez pediu a Lula que o ajudasse resistir à greve dos petroleiros e o locaute mantido pela fração burguesa que arrasta os petroleiros e quer derrubá-lo. Um carregamento de petróleo foi enviado à Venezuela. A oposição chavista protestou alegando ingerência externa. Os Estados Unidos apoiaram o protesto. O ministro Amorin correu a ex-

plicar ao secretário norte-americano, Colin Power, que não era a intenção brasileira ajudar uma parte contra a outra, mas sim conciliá-las. Ocorre que os Estados Unidos estão por detrás do movimento de derrubada de Chavez. O petróleo é o ponto de partida de todo problema da divisão interburguesa. Mas o fundamental nesse primeiro embate internacional do governo Lula foi o de ter de recuar perante a pressão do imperialismo, colocando-se apenas como auxiliar da OEA. Os Estados Unidos mandam e desmandam na América Latina e não há grandes conflitos que não estejam presentes. Estão empenhados em derrubar o governo de Chavez não porque esse seja um perigo para os interesses gerais do imperialismo mas porque tem procurado colocar a indústria petro-

lífera sob maior controle do Estado.

Fortalecer Duhalde?

A visita de Duhalde ao Brasil foi propagandeada com o objetivo dos dois países reerguerem o Mercosul. Lula exortou as grandes qualidades da cooperação regional, chegando a propor um Parlamento do Mercosul e unificação das moedas. O PT acredita que por essa via poderá o Brasil ter condições para negociar a Alca com os Estados Unidos numa posição de força. Pura ilusão. Mas o fundamental da visita está em que Duhalde se aproveita do governo petista para se fortalecer internamente contra o combate das massas famintas. Duhalde é um dos responsáveis pela aplicação dos planos do imperialismo, quebra da Argentina e fome dos trabalhadores.

Na posse, Lula faz um credo de seu programa de governo

O discurso de posse de Lula expressou os compromissos assumidos durante a campanha eleitoral, e sintetizam o programa de governo. Tirando os artifícios de retórica, obtemos as seguintes formulações:

a) Mudança. A mudança proposta pelo governo Lula é aquela que será negociada passo a passo com as frações burguesas que o apoiaram. Não haverá nenhuma mudança radical. A composição do ministério reflete o domínio das frações da classe dominante sobre o Estado. Ou seja, os monopólios e as oligarquias regionais controlam o aparato estatal, qualquer que seja o governo eleito. O caso mais evidente é o da área econômica, em que o Banco Central continuará com os mesmos diretores da administração de FHC e com um novo presidente do PSDB e ligado ao Banco de Boston (Meirelles); e o Ministério da Fazenda, que terá um novo ministro (Palocci), mas que também contará com membros do governo FHC nos postos chave, como na Secretaria da Receita Federal e na do Tesouro. As massas devem conter as aspirações ("manter sob controle as nossas muitas e legítimas ansiedades sociais") e aguardar a "árvore plantada dar frutos". É a nova forma da expressão "apertem os cintos", ou "va-

mos primeiro fazer o bolo crescer para depois reparti-lo". Diante dos compromissos assumidos com os capitalistas, Lula pede às massas que se sacrifiquem em benefício dos exploradores. Quanto ao "Fome Zero", Lula adverte que serão as ONGs, associações de bairro, Igrejas etc. que serão estimuladas pelo governo a realizarem assistencialismo, com o apoio da própria população, convocada para o tal "mutirão".

b) Reforma Agrária. O governo Lula pretende respeitar as terras dos fazendeiros, apoiá-los com financiamento, limitar a reforma agrária às terras ociosas (improdutivas). Estimular a formação de cooperativas de pequenos produtores. Essa política é a da preservação do latifúndio e dos milhões de sem-terra. As cooperativas não poderão competir com os latifundiários apoiados pelo governo. As ocupações de fazendas não serão permitidas. A política do governo Lula manterá e estimulará a concentração de terras, e manterá os sem-terra fora delas.

c) Emprego. Apontado como objetivo obsessivo de Lula, estará condicionado a um amplo crescimento econômico. e se apoiará no subemprego do programa "Primeiro emprego". O crescimento depende da aprovação das reformas ne-

oliberais e o objetivo é o de fortalecer a capacidade de investimento e poupança do capital. Ou seja, busca o crescimento do volume do capital acumulado, a ser extraído da superexploração do trabalho assalariado. Aponta o caminho do crescimento das exportações, mas não mostra como superará o obstáculo da impossibilidade de aumento do comércio mundial, condicionado pela desintegração do capitalismo.

d) Pacto Social. Será o principal instrumento de política do governo. Por ele passará a aprovação das reformas da previdência, trabalhista, política e também a reforma agrária. Lula pretende colocar as organizações de massa a negociarem com as frações burguesas a aplicação das reformas neoliberais, que serão apresentadas ao Congresso como propostas já referendadas pelos representantes da chamada "sociedade civil". O pacto será meio de aplicação das diretrizes impostas pelo capital financeiro internacional, de aumento da opressão nacional e social.

e) Política Externa. O governo se coloca ao lado do imperialismo norte-americano. Apoiará as resoluções da ONU e combaterá o chamado "terrorismo internacional". Estes compromissos o colocam ao lado dos EUA em sua ofen-

siva bélica contra o Iraque, Coréia etc. E pretende negociar a Alca a partir do fortalecimento do falido Mercosul. Ou seja, aceitará a Alca.

f) Segurança. Defende o aumento da capacidade repressiva, aliada a outras políticas sociais. O aumento da repressão será necessário na verdade para, no futuro, conter as massas quando elas co-

meçarem a se levantar contra as medidas antinacionais e antipopulares aplicadas pelo governo Lula. Quando a política de conciliação de classes não for mais capaz de sufocar os movimentos, o governo Lula se apoiará na essência do aparato estatal (a repressão) para garantir a aplicação da política compromissada com a burguesia e o imperialismo.

A luta revolucionária tem de se concentrar na defesa da independência de classe (não ao apoio ao governo Lula, não ao pacto social, nenhuma organização popular nas negociações do pacto) e em auxiliar as massas a se desfazerem de suas ilusões e expectativas no governo Lula, exigindo o atendimento das reivindicações.

Combater a reforma antitrabalhadora do governo petista

O acordo pré-eleitoral com os banqueiros internacionais

Quando os números já indicavam a vitória eleitoral do PT, o FMI reafirmou a tarefa do governo brasileiro de dar continuidade à reforma da Previdência e da Trabalhista. O compromisso assumido foi a garantia de que na essência o PT prosseguiria as diretrizes neoliberais. A forma de implantação de medidas antipopulares ficaria a gosto do governo. Ou seguiria o caminho de FHC de barganhar no Congresso Nacional a aprovação em troca de favores e recursos aos parlamentares e suas regiões de origem, ou a via da procura de um acordo. O governo PT/Lula indicou essa segunda via, a da negociação no Conselho Nacional de Desenvolvimento entre o governo, o capital e o trabalho para depois serem encaminhadas ao poder Legislativo.

Assim que tomou posse, o PT divulgou as principais medidas da reforma da Previdência e o caráter de urgência de sua aprovação. Logo em seguida, será a vez da reforma trabalhista. As duas constituem um ataque à vida dos trabalhadores e uma garantia aos credores internacionais de que o país terá recursos para o pagamento da dívida externa.

O PT continuará a reforma previdenciária de FHC

Eis os pontos fundamentais:

- Criação de um regime único de Previdência para os trabalhadores públicos e privados;
- Fixação de um teto para o valor dos benefícios;
- Ampliar o sistema de previdência complementar;

- Eliminar a idade mínima para as mulheres, aposentadoria dos professores e a aposentadoria por tempo de serviço;
- Fim da paridade de reajuste entre servidores aposentados e os que estão na ativa.

Essas medidas nada têm de novo. Em maio de 1995, o projeto do Ministro Reinhold Stephanes apresentado ao Congresso continha os mesmos pontos divulgados por Ricardo Berzoini, Ministro do PT.

A reforma de Stephanes foi aprovada em parte. Houve forte pressão do alto funcionalismo e dos militares, o que fez FHC recuar e manter os três regimes previdenciários e o teto de 10 salários mínimos, a proposta era de 5 salários mínimos. Berzoini necessita dar um passo a mais na reforma previdenciária de FHC e livrar o Estado de boa parte da responsabilidade de manutenção da previdência pública.

A meta de ter um único regime de previdência para se alcançar igualdade de direitos falseia o objetivo central da reforma: destruir a conquista da aposentadoria integral do funcionalismo e o tempo de serviço. A Previdência para os assalariados do setor privado é de fome e miséria. Não recebem o salário integral, o teto é baixíssimo, e a grande maioria chega ao máximo de três salários mínimos, milhões não passam de um salário mínimo e o tempo para aposentar praticamente elimina a aposentadoria. E esse regime de escravidão que o governo do PT chama de fim dos privilégios e justiça social.

Militares e Juizes exigem do governo manter seus privilégios

O general Luiz Gonzaga Lessa, presidente do Clube Militar, protestou contra a implantação de um único sistema previdenciário e se colocou pela manutenção do atual regime. Chegou a ameaçar o recém governo do PT declarando que: "qualquer mudança na aposentadoria terá um impacto negativo enorme e criará uma instabilidade desnecessária, o que não é uma coisa boa para nenhum governo".

A Associação dos Magistrados Brasileiros fez o mesmo. Disse que: "Se os militares ficaram fora do regime único de Previdência, entendemos que, com muito mais razão, os magistrados também deverão estar fora".

Lula rapidamente tentou acalmar os ânimos dos militares. Deu garantia de que os militares não deverão ser incluídos no regime único de aposentadoria. Os juizes exigem o mesmo tratamento dado aos militares.

Os militares e juizes se aposentam com o valor do último salário. Portanto, não aceitam o critério de ganhar o teto do INSS, que é de R\$1561,00. Os militares contribuem com 7,5%, enquanto que os trabalhadores com 11%. Ainda têm um bônus de quatro salários quando se aposentam. Certamente, farão pressão para manter suas gordas aposentadorias e o PT não arriscará nenhum palito de fósforo na base de sustentação do Estado, que são as Forças Armadas e Justiça.

Os verdadeiros privilegiados não serão atingidos pela reforma petista. Isso por que constituem um poder a mando da burguesia. Militares, juizes e parlamentares são parasitas do Estado. For-

mam uma casta a serviço da ditadura de classe da burguesia contra a maioria explorada.

O jogo da CUT

A CUT apresentou a proposta de um sistema único de previdência a ser implantado de forma gradativa, um teto de 20 salários mínimos e a manutenção dos direitos adquiridos dos servidores públicos. Provavelmente, a CUT usará a proposta como barganha de alguma vantagem na negociação que se estabelecerá no Conselho Nacional, de onde se pretende sair um projeto de consenso a ser votado no Congresso.

A direção da CUT é do PT e defensora do programa do governo Lula. Não utilizará a proposta para confrontar com a de seu governo. Muito menos para mobilizar os trabalhadores para conquistá-la com seus próprios métodos.

Se já no governo FHC, a direção da CUT colaborou com a retirada da aposentadoria por tempo de serviço e aceitou o mecanismo do tempo de contribuição (acordo de Vicentinho com FHC), imagine agora que faz parte do Conselho e apoia abertamente a administração do PT. A CUT será o instrumento de contenção do choque de classe

e para a sustentação da governabilidade de Lula.

A CUT, ao admitir o fim da aposentadoria integral e o critério de tempo de serviço do funcionalismo, coloca-se a favor das exigências do FMI e da capitulação do governo petista. O artifício da forma gradativa de implantação do regime previdenciário serve para evitar que os trabalhadores levanten a bandeira de luta contra qualquer ataque às suas conquistas.

Genoíno defensor dos privilégios da cúpula militar

José Genoíno, após as eleições, passou a ser o presidente nacional do PT. Assim que os militares começaram a protestar contra a reforma da previdência, Genoíno endossou os argumentos do Ministro da Defesa, José Viegas, e dos comandantes do Exército, da Marinha e da Aeronáutica. Ou seja, manter os privilégios dessa casta. Diz Genoíno: "É claro que os militares têm de ter um sistema especial de previdência. Trata-se de uma carreira especial e atípica e, por isso mesmo, temos de discutir esse assunto da melhor maneira, sem crise e atrito". E concluiu que: "temos de discutir isso setorialmente".

O presidente do PT comporta-se

como o mais reles serviçal dos generais. Para a classe operária, camponeses e classe média arruinada basta uma aposentadoria de fome que apenas uma parte alcança. Para a casta parasitária que sustenta a exploração do trabalho pelas armas, Genoíno defende direitos aristocráticos. Os esquerdistas do passado, que passaram pela escola do estalinismo, que se mostraram incapazes de trabalhar pela destruição do capitalismo, se tornaram convertidos às causas mais podres e elitistas da sociedade de classe.

A classe operária e demais oprimidos devem rejeitar a reforma petista

É hora dos trabalhadores exigirem convocação de assembléias sindicais e populares para rejeitar mais esse ataque às suas condições de vida. Defender um sistema único, público, salário integral, salário mínimo real, tempo de serviço de no máximo 25 anos e que os capitalistas paguem a contribuição.

É necessário organizar o movimento nacional de resistência ao conjunto da política econômica e social do governo PT/Lula. Combater o pacto social defendendo um programa de luta contra o desemprego, a fome e a miséria.

O ministério de Lula indica a orientação para o grande capital

O anúncio do ministério do governo PT/Lula não nos surpreendeu. O nomes que compuseram os ministérios são resultados de compromissos pré-eleitorais com a burguesia nacional e com os credores internacionais. Não por acaso, os postos-chaves passaram pela aprovação do capital financeiro. Alguns foram diretamente indicados, como no caso do Banco Central, que constitui um governo dentro do governo.

A posição de não se ter nenhuma ruptura fundamental com as diretrizes do imperialismo condicionou a montagem ministerial de Lula. O novo governo nasceu subserviente às relações políticas do Estado.

Os milhões de votos e o apoio popular à bandeira de mudança não deram ao

governo PT/Lula independência frente aos monopólios e ao capital financeiro internacional. A idéia de que nascia um governo "democrático e popular", distinto do anterior, voltado aos interesses nacionais e à solução da fome se mostrou, nas primeiras horas, uma falácia.

Não se tratava sequer de um governo revolucionário, mas de caráter nacionalista e populista. Nem mesmo essa forma de governo burguês foi assumido pelos vencedores das eleições. Ocorre que o governo está condicionado pelas tendências da crise econômica mundial. Quem responde por elas são as potências, que impõem no mundo inteiro planos e acordos de proteção aos monopólios e credores.

Os governos saídos de eleições, ditos de

esquerda, se mostram impotentes por não poderem se contrapor ao capital financeiro e terem de expressar o domínio monopolista. São incapazes de se apoiarem na maioria oprimida para enfrentar a opressão externa e interna do grande capital.

As massas elegem tais governos mas não podem imprimir-lhe seu conteúdo social e controlá-los. O continuísmo das reformas neoliberais de FHC, como se apresenta no caso da Previdência, indica a profunda adaptação do novo governo às determinações já montadas pelo grande capital.

Os trabalhadores desde já devem rejeitar as medidas de ataque às suas vidas e se colocar pela defesa de suas reivindicações, contrapondo-se à linha do pacto social do governo PT/Lula.

Governo Lula e MST

O MST ajudou eleger Lula. Chegou a brecar as ocupações para não colocar a campanha do PT em uma situação difícil. Parte de sua liderança argumentou que um governo petista melhoraria as condições para a luta pela reforma agrária. Pode ser que sim, pode ser que não. Trata-se de um critério bem particular das lideranças do MST que acreditam solucionar o problema dos sem-terra no interior do capitalismo.

O POR chamou o voto nulo por considerar o PT já comprometido com as oligarquias e com o imperialismo. Assim, não poderíamos nos guiar pelo critério se sob o governo Lula seria melhor para os trabalhadores. Mas passadas as eleições e estando o PT no poder como o MST se coloca diante do governo? Coloca-se por apoiar suas iniciativas de montagem do Conselho Nacional de Desenvolvimento, que é um organismo da estratégia de pacto

social do governo Lula.

Não pudemos ter acesso a uma informação direta do MST, mas tudo indica ser verdadeiro que o MST concordou em participar no Conselho. Está seguindo o mesmo caminho da CUT. Está aí uma consequência prática da política de apoio a um partido da ordem capitalista.

A tarefa colocada para os camponeses e a classe operária é justamente o oposto. É preciso rejeitar o pacto social e denunciar o governo do PT como subserviente aos interesses do grande capital. Está colocado construir a aliança operário e camponesa, sobre a base de um programa de luta pelo fim do monopólio capitalista da terra, expropriação do grande capital, rompimento dos acordos pró-imperialistas, independência nacional, fim do desemprego, da fome e miséria dos explorados. É o momento de constituir os comitês

agrários e operários por uma frente única antiimperialista.

Chamado do POR: defender a independência política e organizativa da CUT, sindicatos e MST.

Está colocada a luta no interior do movimento social contra o pacto social do governo Lula e o colaboracionismo das direções que aceitam participar do Conselho de Desenvolvimento Econômico do governo Lula.

Defesa de um programa de luta que unifique operários e camponeses e demais explorados;

Defesa do método da ação direta;

Convocar assembléias para responder às medidas econômicas e sociais do governo petista;

Nenhum apoio ao governo comprometido com os interesses capitalistas.

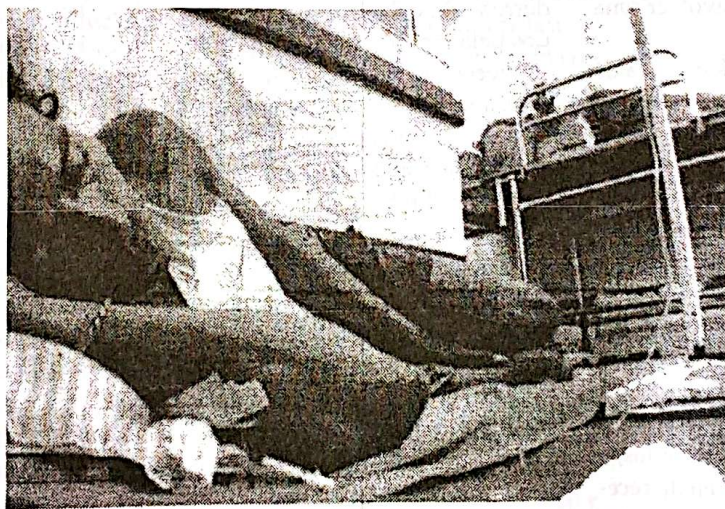
Rondônia

Dengue, Malária e Virose lotam os postos de saúde em Porto Velho

Em janeiro de 2003, o índice de atendimento em casos de dengue, malária e virose em Porto Velho aumentou em 50%.

A falta de saneamento básico somando-se aos altos índices de desemprego e aprofundamento da miséria, que obrigam a maioria dos bairros periféricos e interior do Estado sobreviver de assistencialismo e trabalhos ocasionais, conduzem a população a contrair facilmente estas patologias endêmicas.

Epidemias regionais como a malária, que já existia um relativo controle, retornam com acentuado grau de aumento de casos. A febre amarela, considerada praticamente erradicada, passou a constar também nos casos de óbitos nesse ano. O aumento de pessoas contaminadas pelo HIV/AIDS, que coloca Rondônia e em



particular Porto Velho entre os maiores índices de crescimento no país, lotam alas do Centro de Doenças Tropicais, com espantoso aumento de casos de tuberculose, doença também quase extinta no país.

O interior do Estado, na cidade de Chupinguaia, ocorreram óbitos com suspeita de dengue hemorrágica. O Sistema

de Saúde não dispõe de recursos para sequer diagnosticar se o paciente contraiu a virose, dengue ou malária para poder aplicar o tratamento adequado.

Esse fato não é isolado. O problema vem se agravando em todo o país com a municipalização da Fundação Nacional de Saúde, passando toda responsabilidade para o município, inclusive do combate ao mosquito da dengue.

A população pobre, vítima das epidemias, necessita de uma organização que possa dar expressão aos problemas que vem sofrendo. A formação dos comitês de luta pela saúde e pelas condições de vida dos trabalhadores é o caminho para poder enfrentar de forma coletiva o desmonte da saúde pública e a defesa um único sistema de saúde, pública sob o controle dos explorados.

O PSTU abandona a luta contra o pacto

Logo após a vitória eleitoral do PT, o PSTU procurou estabelecer uma diferenciação em relação ao governo que foi eleito também com seu voto. Levantou a bandeira de "Não ao pacto social", que servirá de instrumento de conciliação de classe, ou seja, de imposição de políticas burguesas e pró-imperialistas às massas.

Mas quando se aproximou o dia da posse de Lula, o PSTU mudou seu discurso: deixou de atacar o pacto social para reivindicar que desse pacto não façam parte os empresários e capitalistas, que seja um "pacto de trabalhadores". Recuou em sua reivindicação de salário

mínimo para o nível defendido por ACM (PFL): 100 dólares. E mais, em uma carta a Lula, colocou essas bandeiras, ao lado da exigência de um plebiscito sobre a Alca, como condições para apoiar o novo governo burguês.

O pacto social tem de ser denunciado. Propor um outro tipo de pacto como fazo PSTU, embelezando-o como "dos trabalhadores" é criar uma confusão que só ajuda o governo a erguê-lo sem oposição das massas. Rebaixar a reivindicação de salário mínimo para 100 dólares é colocá-la na dependência das negociações parlamentares e do próprio pacto, e não

como uma bandeira de luta de massas. Limitar a luta contra a Alca à realização de um plebiscito oficial, supondo que o governo se apoiará nele para não efetivar as negociações, é falsificar pois nenhum governo burguês será capaz de combater a Alca, isso é uma tarefa da luta de massas, e permitir que o governo negocie sua aplicação.

As bandeiras que o PSTU levanta não opõem as massas ao governo, ao contrário, são condições para apoiá-lo. A posição do PSTU é na verdade de apoio crítico, de ala esquerda da base de apoio do governo Lula.

Rio Grande do Norte

Trabalhadores em educação reagem a destruição da escola pública

Os trabalhadores em educação de Ielmo Marinho (RN) se colocaram por seu próprio instinto na posição de luta para enfrentar os desmandos do prefeito Hostílio Medina (PMDB/PLF) e da secretária Claudete. Além de aplicar de forma violenta todas as medidas que vêm sistematicamente destruindo a escola pública, passou a desenvolver uma campanha de perseguições.

A reação dos professores (parada de dois dias) teve como resposta imediata o corte nos salários e a retirada de transporte para a universidade e alimentação, perseguições individuais, proibição de professores de entrar no transporte para ir trabalhar, portaria ameaçando os professores.

O PSTU e sua política de zig-zag

Aos trabalhadores serem atacados, o PSTU ficou tentando que o prefeito recebesse uma comissão para negociação. Ora, se a repressão estava instalada e o movimento não partiu para a ofensiva não havia intenção do prefeito em negociar. A direção estadual do Sinte (PT/PCdoB) também tentou levar o movimento para o distracionismo canalizando as ilusões na promotoria. O PSTU e a direção estadual do Sinte não tiveram

resposta para a repressão aos trabalhadores. O prefeito Hostílio Medina avançava no seu ataque tentando colocar os pais contra os trabalhadores e fazendo um cerco aos companheiros de base que estavam a frente do movimento.

Essa política vinha desmobilizando a categoria que com certeza levaria a uma derrota. O POR mostrou os erros cometidos pela política de zig-zag do PSTU e convocou a categoria para responder com um método mais ofensivo, que levasse o prefeito a se expor. A partir de então colocamos em andamento uma ação mais direta de enfrentamento com o prefeito. Foram realizadas atividades de bloqueio de estradas, panfletagens, organização de comissões para garantir a entrada de professores nos transportes, etc. com isso conseguimos levantar a disposição de luta da categoria e abrir um canal de negociação com o prefeito que até então reprimia o movimento de forma violenta.

Pureza (RN)

O POR (Partido Operário Revolucionário) MOSTROU QUE A AÇÃO DIRETA DOS TRABALHADORES ERA A SAÍDA PARA A DEFESA DA ESCOLA PÚBLICA.

O início da luta em Pureza (RN) foi

marcado pela reação dos professores-alunos do curso probásica da UFRN. O prefeito Henrique Júnior (PSDB) fechou o curso para conter os gastos com a educação, aplicando o receituário de FMI/Banco Mundial. De fato o fechamento do curso serviu apenas de estopim para uma situação que a cada dia se tornava insustentável. A situação da educação não difere do restante do país. O prefeito vem aplicando todas as medidas que têm levado à destruição ainda maior da escola pública. A falta de condições de trabalho, transporte, salários arrochados, falta de calendário de pagamento, etc esse caos se estende a todos os serviços públicos.

A direção estadual do Sinte (PT/PCdoB) e o DCE da UFRN colocaram em prática sua política palaciana. Buscaram sua negociação de gabinete através da deputada Fátima Bezerra (PT). Por diversas vezes tentaram fazer os trabalhadores acreditarem que a eles caberia somente esperar, pois a deputada estava encaminhando a resolução dos problemas.

A burocracia conciliadora combateu como pôde a luta direta dos trabalhadores contra o opressor Henrique Júnior. Marcaram diversas reuniões com o prefeito que terminaram sem nenhum resultado prático. Esta política tinha como

único objetivo fortalecer a candidatura da deputada Fátima Bezerra (PT).

A resposta do POR

Diversas assembléias o POR teve que combater o oportunismo do MTS (PSTU) e a burocracia do Sinte (PT). Divergimos e denunciámos a política de acordos de gabinetes apresentada pela burocracia estadual que dessa forma

contribuía com a repressão desfechada pelo prefeito aos companheiros do núcleo.

O POR colocou a necessidade de organização da luta, do enfrentamento direto com o prefeito, que era preciso unidade com todos os setores oprimidos (sem-terra, estudantes, pais, funcionários), organizações de comitês de luta, panfletagem nas comunidades, atos públicos, etc. Em todas as assembléias der-

rotamos as propostas da burocracia traidora. Mais uma vez o método de enfrentamento tão negado pela burocracia petista mostrou que há disposição de luta dos trabalhadores e que os governos só atendem às reivindicações com a utilização dos próprios métodos da classe que é a ação direta (manifestações, greves, piquetes, etc).

VI Congresso do Partido Operário Revolucionário (POR)

Nos dias 11 e 12 de janeiro, o POR realizou seu Sexto Congresso. Aprovou seu Programa, documento sobre situação internacional e nacional, respectivas resoluções internacional e nacional e balanço de atividade, com respectiva resolução.

O Congresso foi aberto com uma breve exposição da história de nossa formação e com uma saudação revolucionária à memória e exemplo de militância deixado por Leon Sedov, que teve sua vida tirada a mando de Josef Stalin.

A aprovação do Programa aperfeiçoado constitui mais um passo à frente na construção do POR. Em essência expressa o conteúdo histórico da revolução proletária no Brasil como expressão da revolução socialista mundial, ou seja, da concepção comunista do internacionalismo proletário.

O documento da situação internacional expõe os novos elementos da crise histórica do capitalismo e sua decomposição. A resolução internacional atribui a devida importância à ofensiva bélica dos Estados Unidos em várias partes do mundo e especialmente no Oriente Médio.

Teve particular importância a resolução sobre o governo Lula, voltada a rechaçar o pacto social e defender a independência das organizações operárias e camponesas frente a ele e o Estado.

O balanço de atividade expressou o desenvolvimento do POR. Os principais problemas organizativos foram tratados sob a rigorosa crítica e autocrítica. O Congresso aprovou, finalmente, uma resolução extraída do balanço de atividade do conjunto do partido e da direção. Todo esse material já está editado.

Escola de quadro nacional

Em seguida ao Congresso, nos dias 13, 14 e 15, o POR realizou sua escola de quadro, tendo por tema o imperialismo e o internacionalismo proletário. Objetivou compreender as principais leis de funcionamento do capitalismo na época de sua decadência que é o imperialismo e o vigor das teses internacionalistas do marxismo-leninismo-trotskyismo.

O POR aproveitou para editar seu primeiro caderno de formação política.

A participação de inúmeros simpatizantes e aspirantes à militância porista indicou o crescimento da influência do trotskyismo. Ressaltamos também a disciplina de estudo e a elaboração coletiva.

Reproduzimos abaixo o balanço de atividade e da direção.

Balanço Organizativo

1. Partimos da constatação de que as posições do partido na luta de classes têm sido testadas e comprovadas, no geral, como acerto. Destacamos os seguintes aspectos: a) o avanço da crise mundial e suas consequências no Brasil; b) a agudização da disputa interimperialista em torno das áreas de influência e a ofensiva militarista dos Estados Unidos; c) a restauração capitalista na ex-URSS, China etc não resolve a crise estrutural, prolonga a agonia do capitalismo e atrasa a sua destruição pela revolução comunista; d) o aumento das pressões imperialistas sobre a América Latina e a necessidade da resistência operária e

camponesa; e) o fracasso integracionista da burguesia latino-americana (Mercosul) e maior submissão aos monopólios e ao capital financeiro (Alca); f) a burguesia ataca no mundo inteiro as conquistas sociais do proletariado; g) confirmada a análise do artificialismo do Plano Real e a previsão de sua quebra; h) potencialização dos elementos de desintegração do país; i) a necessidade de combater frontalmente o reformismo petista e a burocracia sindical; j) a quebra da frente política neoliberal dos partidos oficiais e crescimento eleitoral do PT; l) a integração do PT ao Estado burguês como instrumento de canalização do

descontentamento das massas; m) crítica constante a posição do centrismo quanto a sua dependência ao reformismo petista/lulismo e sua adaptação a burocracia sindical.

Baseado nesses aspectos, o POR realizou campanhas, que se mostraram importantes para a penetração do programa revolucionário nos locais de atuação. Dentre as campanhas, ressaltaram: a) a luta sistemática contra as medidas pró-imperialistas do governo FHC; b) resistência aos acordos de flexibilização do trabalho e defesa das reivindicações transitórias; c) luta antiimperialista pela autodeterminação dos povos e der-

rota do intervencionismo imperialista; d) combate aos planos econômicos e militares dos Estados Unidos em relação à América Latina (Alca, bases militares, Plano Colômbia); e) defesa do voto nulo programático nas eleições presidenciais e crítica ao centrismo eleitoreiro da esquerda.

2. O trabalho de resposta aos grandes acontecimentos e de defesa das reivindicações elementares das massas oprimidas, de forma centralizada, possibilitou a atuação coesa da militância na luta de classes e ampliação da influência organizativa e programática do partido. É o que se verifica na maior parte dos balanços setoriais. Nos conflitos de posição com as várias correntes, o POR vem se diferenciando pela defesa das bandeiras, das propostas de luta direta e pela elaboração teórico-programática. E por desenvolver a tática frentista e por propagandear a tática da frente única antiimperialista. Essa influência se verifica na importância que tem tido o Massas e as demais publicações para vanguarda; no aumento do trabalho com os panfletos e no reconhecimento dos contatos sobre o valor da formação política sistemática, disciplinada e voltada para ação e para a construção do partido.

3. Depois da última Conferência, o partido teve dois fatos novos. a) o princípio de trabalho no movimento operário; b) e de trabalho no movimento secundarista. Trata-se de um começo, mas que vem progredindo. Os encontros operários se mostraram positivos para a elevação programática e compreensão da necessidade do partido revolucionário. As plenárias da Corrente Proletária Secundarista, baseadas na regularidade do boletim e elaboração coletiva das posições fortaleceram o trabalho estudantil próximo ao partido. A continuidade desse trabalho possibilitará o crescimento do POR. Alguns problemas que se destacam: a) no movimento operário nos deparamos com a forte atuação do reformismo petista, que compõe a burocracia sindical; b) o descontentamento operário tem sido sufocado pelo controle da burocracia repressiva; c) o atraso da consciência de classe dificulta a penetração do trabalho pelo partido revolucionário; d) exige-se perseverança e paciência para se constituir os primeiros quadros origina-

nados da classe operária. No setor secundarista, aparecem os seguintes problemas: a) a dificuldade da manutenção da regularidade de atuação e elaboração devido estar em formação os primeiros quadros partidários; b) está colocada a tarefa de consolidação desses primeiros quadros tornando-os capacitados a responderem os problemas, sustentarem a organização da corrente proletária, garantirem a regularidade do boletim e resolverem o problema da formação política.

4. O trabalho no movimento estudantil universitário vinha sofrendo muita oscilação. No último período, por meio da crítica e autocritica, vem se corrigindo as falhas de intervenção, atraso na elaboração política e, fundamentalmente, a incompreensão quanto ao trabalho partidário entre as massas universitárias. Aparecem os primeiros frutos com a aproximação de contatos, formação da corrente proletária e no funcionamento de plenárias. Há que se constituir os primeiros quadros, com solidez disciplinar. Isso se dará elaborando sistematicamente a linha de intervenção, dirigindo as lutas e formando a militância partidária.

5. No setor de professores, verificamos uma estagnação na elaboração da propaganda revolucionária e a dificuldade de fazer funcionar a corrente proletária. Contribuíram, para isso, o conservadorismo da pequena burguesia, da resistência que oferece as posições do proletariado, a presença ostensiva de todas as correntes, a suscetibilidade da pequena burguesia para com as idéias do reformismo, reforçadas pela adaptação do centrismo e o lento desenvolvimento dos quadros partidários. É claro que verificamos a falta de um bom trabalho com os contatos para funcionar a corrente proletária. É preciso persistência no trabalho dos contatos em torno das plenárias, elaboração coletiva do boletim e formação política. É preciso concentrar o trabalho de base, ter clareza no objetivo organizativo e evitar dispersão que a luta intestina entre as correntes provoca. A Revista Proletária da Educação também reflete essa estagnação. Avançamos muito na luta pela derrota ideológica do reformismo e do centrismo, elaborando as posições marxistas para a educação. É necessário retomar esse combate e colocá-lo num patamar

superior.

6. Reconhecemos uma tremenda falha: a não sistematicidade da Revista Socialismo Científico. Podemos dizer que houve um retrocesso. A revista tem enorme valor para a luta programática e assimilação da experiência histórica do proletariado. O fato da militância não ter se dado conta desse retrocesso e se adaptarem a ele mostra a nossa fraqueza de quadros. O próprio retrocesso é um reflexo dessa fraqueza. É preciso reconhecer essa falha e trabalhar para superá-la, enfrentando a tarefa de constituir os quadros partidários. Somente com a elevação dos quadros se elevará a elaboração coletiva; e somente com a luta pela elaboração coletiva se constituirá quadros. A militância tem de atuar na luta de classes, extrair os problemas, elucidá-los à luz do marxismo e elaborar a teoria. É sintomático o fato da militância atuar no movimento e não traduzir a experiência em explicação revolucionária, ou seja, em teoria e programa. Os quadros partidários atuam, respondem e elaboram coletivamente. A ligação entre intervenção, organização e elaboração é fundamental para construir o partido de quadros. Não se pode só intervir, ou só elaborar. Se só se intervém, o partido permanece no economicismo sindicalista; se só se elabora, o partido permanece no propagandismo abstrato, no academicismo. A unidade entre a teoria e a prática exige o oposto disso; exige a interdependência da prática e da elaboração. Quando se alcança a unidade da teoria e prática em todo o partido, a revista se torna um instrumento imprescindível, assim como o jornal e outras formas de publicações.

7. A disciplina partidária avançou no geral, mas se verifica falhas em regionais e em nível de células. O que expressa a baixa assimilação do programa e da organização leninista do partido. A falta de rigor com a disciplina militante afeta a elaboração coletiva, prejudica a ação cotidiana, dificulta a distribuição de tarefa, põe a perder atividades, não se cumpre decisões, solapa a confiança revolucionária na capacidade de enfrentar a aspereza da luta de classe e atrasa o crescimento do partido. É preciso fazer funcionar os organismos do partido e lutar para que não se desmoronem ou se esclerosem pela ação deletéria da indis-

ciplina.

8. Temos um balanço positivo do desenvolvimento do POR da última conferência até o presente congresso, principalmente quanto ao crescimento de sua influência, abertura de novas frentes de trabalho e elaboração política, mas as falhas apontadas têm sido um sério obstáculo para o partido dar um salto à frente. As fraquezas de quadro se manifestam desde a direção às células. Verificamos que muitas vezes não se cumpre com rigor a divisão de tarefas e se atrasa o avanço na propaganda, agitação e organização. Deparamo-nos com a falta de solidez do profissionalismo leninista, com a presença do empirismo e do amadorismo. São falhas que o partido terá de enfrentar em todos os níveis. Temos acumulado importantes experiências e

avanços na luta pelo profissionalismo militante e na formação política. Trata-se de aproveitá-los, sob a forma da crítica e autocrítica, para fortalecer o partido revolucionário.

Resoluções Organizativas:

1. O Congresso coloca para o próximo período o fortalecimento do trabalho operário. O partido dirigirá seus esforços de propaganda, agitação e organização para essa tarefa;

2. O Congresso reconhece a necessidade de fortalecer a formação de quadros militantes na juventude estudantil e revolucionária. O trabalho de formação política da juventude deve ser melhorado juntamente com o trabalho de agitação e propaganda;

3. O Congresso reconhece a importância da crítica e autocrítica de que o partido está em atraso na elaboração de sua propaganda e na luta por sua penetração na vanguarda e nas massas;

4. O Congresso vê na crítica e autocrítica sobre a necessidade de melhorar a disciplina celular como um fator de grande importância para a elaboração coletiva, para o crescimento do partido e formação de quadros;

5. O Congresso reconhece a autocrítica da direção de que precisa melhorar o seu trabalho coletivo e de centralização do partido;

6. O Congresso coloca como necessidade melhorar o trabalho coletivo em torno dos problemas organizativos internos para assegurar a materialização dos materiais de divulgação do partido.

Balanço da direção

1. A direção do partido é uma peça fundamental para seu funcionamento e desenvolvimento. É uma espécie de célula eleita no congresso. Por isso, seus membros são escolhidos por um conjunto de qualidades, que se encontram em toda militância, mas que se acham mais desenvolvidas e mais concentradas naqueles que deverão ocupar a condução geral do partido. Assim como tais qualidades levam à seleção dos membros que irão compor a direção, devem também ser a base da avaliação crítica e autocrítica

2. Assinalamos essas qualidades: a) militância forjada na luta de classes; b) extrema dedicação à construção do partido; c) disposição para continuar o aperfeiçoamento do militante profissional, no sentido leninista; d) elevada capacidade de elaboração teórica, programática e política; e) firmeza ideológica na defesa do programa; f) capacidade na aplicação da tática revolucionária; g) educação coletiva; h) espírito de iniciativa; i) capacidade centralizadora de conduzir o partido sob o regime do centralismo democrático.

3. De forma geral, os membros da direção que conduziram o partido ao seu VI Congresso reúne tais qualidades. Como dissemos, o conjunto das qualidades da direção se encontram em todo o partido. Em certa medida, a direção es-

pelha o avanço ou retrocesso das qualidades revolucionárias do partido. O que reflete a estrutura e o desenvolvimento do partido leninista alcançado no processo da luta de classes. Colocado assim, a avaliação é nos abstrata. Tem seu valor na medida em que o desenvolvimento geral do partido as confirma e na media em que se possa, pela crítica e autocrítica, distinguir concretamente a presença de tais qualidades. O avanço, atraso, estagnação e o recuo constituem a base material das qualidades avaliadas. Esses elos contraditórios correspondem ao conjunto do partido. A direção deve ser avaliada como parte dele. Não se pode pretender uma avaliação isolada da direção, apenas se pode destacá-la para efeito de compreensão. O conjunto das células é responsável pela direção e a direção é responsável por todo o partido. É assim que o congresso pode manter a direção ou modificá-la. Quanto maior for o rigor na avaliação da direção pelo conjunto partidário e, especialmente, pelo congresso, mais amadurecidas se encontram as qualidades revolucionárias inerentes ao partido leninista.

4. A direção tem refletido contradições, que devem ser superadas por meio da crítica e autocrítica. A avaliação constante pelas células é o melhor remédio. Essa atitude coletiva sistemática ainda está por ser alcançada. Esperamos que o

VI Congresso seja o marco para esse objetivo. Via de regra, o balanço começa assinalando as conquistas e os aspectos positivos. Desta vez, achamos melhor fazer o contrário desse percurso. Os pontos críticos sobre o desempenho da direção devem servir para o objetivo da avaliação sistemática dos organismos partidários.

5. Há um desequilíbrio do profissionalismo e da divisão de trabalho no seio da direção. Em determinadas situações ressaltam as falhas no cumprimento de tarefas. Elas acabam por retardar a atuação da direção sobre o conjunto do partido e enfraquecer a centralização. Prejudicam a propaganda e a agitação; campanhas se tornam morosas e irregulares. A presença do empirismo ainda se faz sentir. Não conseguimos ainda uma atuação e funcionamento diário da direção de conjunto. As falhas pessoais se tornam obstáculos quando o funcionamento coletivo é imperfeito. Por exemplo, a regularidade do jornal foi uma importante conquista. Quase não houve atraso. Os poucos se deveram a falhas pessoais no cumprimento de tarefas. O fato mais contundente refere-se ao atraso da Revista Socialismo Científico e a pouca regularidade na publicação de folhetos. As atas perderam sua regularidade em função de sobrecarregar o responsável por elas de tarefas que po-

deriam ser melhor distribuídas. A centralização nacional poderia ser mais ativa e responder com maior rapidez os problemas. O trabalho da direção para formar os quadros intermediários ainda é lento. A construção da infra-estrutura do partido, baseada em comissões, continua precário. Vemos então o quanto é importante o profissionalismo como parte do funcionamento coletivo do partido.

6. Houve avanços em algumas atividades fundamentais resultantes do trabalho da direção: a) impulso na formação política, com o curso permanente e as escolas de quadros nacionais; b) a iniciativa dos encontros operários e do funcionamento da tendência estu-

dantil; c) atuação no sentido da elaboração coletiva do jornal Massas, que expresse a intervenção nacional. Não é o caso de destacar a sustentação do funcionamento regular do partido, como conferências e congressos.

7. Há um ponto na avaliação que deve ser sempre considerado no congresso. Trata-se da firmeza ideológica e de trabalho da elaboração da linha política. Tivemos várias situações que testaram o partido e sua direção. A firmeza com que enfrentamos as pressões do reformismo nas eleições refletiu um acerto extraordinário quanto à análise do desenvolvimento da política do reformismo de integração ao Estado capitalista e a tática de atuação dos revolucionários

no movimento de massas. Esse é um capital que só o POR tem. As previsões de crescimento da estatização do movimento sindical e o combate à burocracia pró-capitalista. A diferenciação político-programática do centrismo e do esquerdismo oportunista. Respostas aos ataques ideológicos dos adversários do partido revolucionário, principalmente quanto à campanha difamadora dos liquidacionistas. Posicionamento imediato aos grandes acontecimentos internacionais, em que se destaca a luta antiimperialista contra a ofensiva econômica e militar dos Estados Unidos. Em todos esses acontecimentos, a direção mostrou-se homogênea e atuou para a elevação de conjunto do partido.

Resolução Internacional

1. Os Estados Unidos estão prontos para atacar o Iraque, como parte de uma ofensiva bélica mundial. O aumento do intervencionismo militar norte-americano, em várias partes do mundo, na última década, se destaca na conjuntura mundial. O imperialismo ianque aproveitou a desintegração da URSS e o amplo processo de restauração capitalista nos países que viveram a revolução social para ampliar seu domínio econômico e militar. A ofensiva bélica é uma das expressões da crise de superprodução. As demais potências compõem subordinadas aos imperativos dos Estados Unidos. Procuram evitar conflitos e cedem ao expansionismo norte-americano.

2. A crise e as disputas comerciais os lançam ao maior saque das semicolônias. Mas sobressai o objetivo de maior controle das fontes de energia, como o petróleo. As maiores reservas se encontram em países semicoloniais. Os trustes de petróleo necessitam dominar diretamente as fontes, o que obriga destruir qualquer resistência de governos nacionalistas.

3. O conflito protecionista entre as potências vem se agravando, conforme se avoluma a crise de superprodução. A saída, por enquanto, tem sido a de impor maiores sacrifícios aos países capitalistas atrasados, semicoloniais. A administração da guerra comercial por

meio de negociações na OMC e G-7 vem sendo o caminho para se evitar um confronto aberto entre os países imperialistas. Mas essa via se torna cada vez mais limitada. A Europa potência e o Japão já não têm como ceder muito mais às exigências dos Estados Unidos. O que têm feito para compensá-lo é não criar obstáculos para o expansionismo norte-americano em áreas de influência em parte da Ásia, particularmente o Oriente Médio e sul da ex-URSS.

4. A América Latina, há muito, é o quintal dos Estados Unidos. No entanto, já não é suficiente. Suas fronteiras nacionais devem ser ainda mais rebaixadas. É o que se objetiva com a Alca. O imperialismo norte-americano não mais pode permitir que determinadas atividades permaneçam fechadas pela burguesia latino-americana. O grande excedente de capital internacional necessita penetrar em todo e qualquer setor lucrativo. Os mecanismos que ainda restam de política econômica nacional devem ser extintos. O capital imperialista atua no sentido de ter total liberdade de movimentação.

5. As frações capitalistas procuram apresentar a guerra comercial sob o ponto de vista do integracionismo. Envolvem-na com explicação ideológica de um mundo mais unificado, moderno e solidário. A interdependência comparece como um mola propulsora

ao desenvolvimento geral das nações. Nessa relação, os países semicoloniais só teriam a ganhar. As potências lhes dariam condições de acesso a mercados, financiamentos, tecnologia etc. Se de fato isso fosse possível, o capitalismo teria resolvido uma de suas contradições essenciais. O choque entre as forças produtivas altamente desenvolvidas e as fronteiras nacionais que as comprimem estaria desativado. Justamente o contrário se passa. O imperialismo se vê obrigado a impor às semicolônias a desintegração econômica e saqueá-las ainda mais.

6. As frações da burguesia sa-ico-
lonial latino-americana desde há muito desejaram uma unidade que possibilitasse desenvolver os capitais internos. As inúmeras tentativas, em momentos distintos da história, fracassaram. Sobre elas, atuaram os interesses dos colonialistas - imperialistas. A mais recente tentativa - o Mercosul, incentivado pelo imperialismo europeu, principalmente francês - se desmoronou sob a investida e manobras dos credores internacionais. O dólar afundou o Mercosul. Sobre as cinzas do integracionismo latino-americano se impõe o "integracionismo" rapina do imperialismo.

7. Os países semicoloniais se apresentam completamente endividados. A drástica quebra da Argentina é o exemplo mais evidente da desintegração do

capitalismo semicolonial sob o peso do capital financeiro e dos monopólios. Quanto mais se aprofundou a subserviência aos planos neoliberais, mais o país se viu em bancarrota. A grande exportação de capital financeiro para a América Latina, nas últimas décadas, não fez senão torná-la mais dependente dos agiotas e fonte de drenagem de riquezas para o exterior.

8. A ofensiva militarista dos Estados Unidos se dá também sobre o continente latino-americano. Ampliam suas bases militares e lançam planos intervencionistas, a exemplo do Plano Colômbia. Sua política de "combate" ao narcotráfico é uma máscara para o processo de militarização. Com ele, abre caminho para penetrar nas Forças Armadas, controlar os territórios, decidir sobre o sistema de segurança de fronteiras, influir nas decisões econômico-agrícolas e, enfim, determinar ações governamentais. O imperialismo vem organizando um amplo aparato para sufocar a rebelião das nações oprimidas contra as opressoras e a revolta da maioria explorada contra a minoria exploradora.

9. Os governos populistas, ditos de esquerda, ascendem ao poder em meio à crise econômica e social. Surgem como oposição burguesa alternativa ao neoliberalismo. No entanto, se mostram incapazes de enfrentar a ofensiva imperialista. As margens de manobra para governos nacionalistas e protecionistas estão reduzidas nas condições de crise e desintegração mundial do capitalismo. Teriam de encabeçar a rebelião das nações oprimidas para resistir ao saque e defender as fronteiras nacionais. O que implica se apoiar em movimentos de massa antiimperialistas. Não podem fazê-lo não só porque teriam de se confrontar com a burguesia internacional mas também enfrentar a fúria dos explorados contra a fome e o desemprego. Acabam servindo aos monopólios.

10. A resistência da classe operária mundial, demais trabalhadores e juventude vem crescendo. O ataque às condições de vida dos assalariados é generalizado. O desemprego tem persistido e aumentado. E as medidas dos governos capitalistas para proteger os monopólios vêm sendo aplicadas indistintamente nos países imperialistas

e semicoloniais. A próxima etapa ainda é de continuidade do processo de crise e de ofensiva contra as massas. Nesta situação, começa a haver uma virada dos explorados contra a prepotência militarista dos Estados Unidos. Tudo indica que crescerá o sentimento antiimperialista e anticolonialista. Os trabalhadores comprovarão com maior facilidade o vínculo entre o desemprego estrutural, o rebaixamento de suas condições de existência e a miséria com os monopólios, a desintegração econômica e a opressão bélica sobre as nações oprimidas.

11. As organizações social-democratas, o aparato da burocracia sindical mundial, Igrejas e Ongs vêm atuando ostensivamente com as bandeiras anti-luta de classes, pacifistas e colaboracionistas. Sustentam a tese da não-violência da luta de classes. E se refugiam no caduco reformismo de justiça social, igualdade entre as nações, democracia participativa, economia solidária, o pacto social etc. Sua função é de desviar os explorados da revolução social.

12. O imperialismo está obrigado a passar por cima do subjetivismo pequeno burguês e das manobras colaboracionistas da burocracia sindical. A tendência é de aprofundamento da barbárie capitalista. A violência reacionária é um recurso indispensável do grande capital contra as massas e das potências contra as semicolônias. O proletariado se vê na contingência de combater abertamente a classe capitalista. Está colocada a necessidade da retomada das revoluções. O processo de desintegração mundial colocará frente a frente a violência reacionária da burguesia e a violência revolucionária do proletariado. Essa é a característica da época imperialista. Os acontecimentos da conjuntura mundial, marcados pela ofensiva militar dos Estados Unidos, expressam essa época.

13. O proletariado mundial tem pela frente a tarefa de recuperar o terreno perdido com a quebra da URSS e a restauração capitalista em curso. Trata-se de reconstituir o Partido Mundial da Revolução Socialista. A social-democracia e o estalinismo arrancaram da vanguarda mundial as conquistas do marxismo. E bloquearam a transformação do instinto

revolucionário das massas em movimento socialista. O estalinismo concluiu totalmente servil ao objetivo estratégico de destruição das transformações revolucionárias. É sob essa base que o imperialismo atua com liberdade e prepotência. A presença do Partido Revolucionário, trabalhando incessantemente com o método da luta de classes, é a condição essencial para o proletariado responder aos grandes problemas que se apresentam.

14. As massas estão em luta contra suas burguesias e povos oprimidos se revoltam contra o saque imperialista, no entanto não podem avançar na solução definitiva das contradições porque não são dirigidas pelo partido da revolução e ditadura proletárias. É preciso ir além dessa constatação. O principal está em que cresce entre os explorados a necessidade de ter o partido. As experiências de luta de classes impulsionam uma camada mais resoluta a se entrocara com o marxismo-leninismo-trotskismo. O patrimônio revolucionário da classe operária, a teoria e programa, está intactos e os grandes acontecimentos do capitalismo decadente o traz à tona. Aumentam as condições favoráveis para o marxismo se revitalizar, se distinguir das deformações social-democratas e estalinistas. Trata-se de direcionar o trabalho partidário para essa tarefa internacionalista.

15. A conjuntura mundial coloca para os revolucionários a defesa de pontos programáticos, que servem à luta diária. Pontos que unem tarefas particulares da situação interna do Brasil com as de alcance internacional. A luta elementar contra o desemprego e a miséria das massas se vincula diretamente à defesa da autodeterminação das nações oprimidas, seu levante antiimperialista e a conquista revolucionária da independência. Combate à ofensiva militarista e colonialista das potências, capitaneada pelos Estados Unidos. Defesa da integração histórica dos povos oprimidos de nosso continente por meio da bandeira dos Estados Unidos Socialistas da América Latina. Organização de movimentos de frente única antiimperialista, dirigidos para a revolução social. Constituir os organismos das massas sob a base da democracia operária. Pôr em pé a IV Internacional.

Resolução sobre o governo do PT

1. O governo do PT é capitalista. Não modificará a essência da ditadura de classe da burguesia sobre o proletariado e a maioria oprimida. O governo do PT sequer se caracteriza como um governo burguês de defesa nacional. Começa sua administração por refletir a incapacidade da burguesia brasileira de enfrentar as pressões do imperialismo. Assumiu o comando do Estado para dar continuidade ao regime de exploração do trabalho. Expressará, inevitavelmente, o poder dos monopólios e do capital financeiro.

2. O PT assume um país quebrado pela dívida interna e externa, pelo poder dos agiotas internacionais sobre a economia e pelo brutal saque do endividamento. O Brasil é um paraíso para as multinacionais, que mandam e desmandam no comércio interno e no fluxo internacional. Ditaram as privatizações e impuseram maior desnacionalização, cumpridas por FHC. O governo do PT assume essa herança. Promete arrumar a economia golpeada às custas da manutenção do salário mínimo de fome, da sustentação da política salarial de superexploração e de continuidade de reformas antipopulares. Usará a quebra do país para chamar os trabalhadores a se sacrificarem e adiarem suas reivindicações.

3. O PT chega ao poder do Estado comprometido com as diretrizes econômico-financeiras do imperialismo. Realizou um pacto pré-eleitoral com o FMI e o governo FHC de manutenção dos acordos e de respeito aos contratos financeiros.

4. Como parte dos compromissos pré-estabelecidos, o novo governo se dispôs a dar continuidade às reformas traçadas por FHC. Estas atendem aos interesses do capital financeiro. Contrapõem-se à vida das massas. O governo do PT não só não se dispõe a anular as medidas de destruição de conquistas trabalhistas da classe operária, como também se coloca por ir mais a fundo em sua liquidação. Essa conduta governamental resulta em aumento da opressão nacional e social.

5. Para ganhar as eleições, o PT fez todos esses compromissos e estabeleceu alianças com setores do grande capital. Demonstrou que era um instrumento para as condições de desintegração da aliança governamental de FHC (PSDB, PFL, PMDB), capaz de canalizar o descontentamento da maioria oprimida com a política pró-imperialista. Seu objetivo estratégico é o de evitar que os pobres e

famintos se levantem contra o governo burguês e o Estado pela via da luta direta.

6. A composição ministerial do governo Lula resulta dos compromissos com o grande capital nacional e o imperialismo. Os postos-chaves foram ocupados por homens convertidos à orientação do capital financeiro ou por representantes orgânicos. De fato, manteve-se a estrutura governamental anterior. Isso permitiu uma passagem de governo sem nenhuma ruptura e uma transição de colaboração. Acontecimento considerado como maior conquista democrática. Na realidade, o PT enganou a maioria que o conduziu ao poder na esperança de ver afastada a política de fome e miséria do governo neoliberal.

7. O PT pretende um governo de pacto social. Essa é a política social-democrata de submeter as organizações sindicais e populares ao Estado burguês. A noção de que será um governo de negociação entre as frações capitalistas e entre exploradores e explorados objetiva criar a ilusão de um poder acima das classes, capaz de harmonizá-las no plano econômico e social. Um governo de pacto social é um governo para amordaçar o movimento operário por meio da burocracia sindical. O pacto social é um instrumento da classe capitalista para criar as condições de sustentação da exploração em meio à crise e frente às tendências de agudização da luta de classes.

8. A linha econômica de desenvolvimento das forças produtivas e de fim da fome, como tem sido anunciada, não passa de uma máscara para a farsa da bandeira de mudança. O plano "Fome Zero" não vai além do mais banal assistencialismo burguês. Justamente por isso contou com a acolhida entusiasta da burguesia e com o apoio do Banco Mundial. Visa potenciar o controle das Igrejas, Ongs e burocracia sindical sobre os famintos. A essência da política econômica do governo petista será descarregar a crise sobre os ombros dos explorados e oferecer migalhas a uma camada que não tem o que comer.

9. A reforma agrária pacífica do PT é de proteção às relações de propriedade capitalista. Coloca-se pela defesa do monopólio da terra por uma minoria de latifundiários, fazendeiros e capitalistas agro-industriais. Está determinado a combater o avanço do movimento camponês sem-terra, contrapondo-se ao método da ocupação. A reforma agrária desse governo não se distingue no essencial da do

FHC, cujo assentamentos serviram e servem apenas para amortecer a luta de classes no campo e justificar a repressão às camadas mais revoltadas.

10. Nem bem tomou posse, o governo Lula se mostrou inimigo das reivindicações das massas. Propõe-se a realizar uma reforma da previdência que implicará uma monumental expropriação da classe trabalhadora que os governos anteriores não conseguiram. Contrapôs à elevação ridícula do salário mínimo, usando o mesmo argumento de FHC de não comprometer as finanças do Estado e não afetar a economia do país. No entanto, o problema da fome começa pela existência de milhões que vivem com menos de um a um salário mínimo, muito inferior à cesta básica. A promessa dos 10 milhões de emprego não apenas é impossível de cumprir como também o capitalismo em desintegração caminha por aumentar o exército de desempregados. O projeto "Meu primeiro emprego" tem a mesma função demagógica do "Fome Zero". O governo do pacto social se dirige ao objetivo do governo anterior de destruir direitos trabalhistas em nome da expansão econômica e do emprego.

11. A política exterior de "parceria madura" com os Estados Unidos indica a tendência colaboracionista com o imperialismo. A tese da inevitabilidade de boas relações com os Estados Unidos por serem a maior potência é de subserviência semicolonial. E o argumento de que se pode negociar com soberania a Alca é uma mentira para disfarçar o servilismo. Sob o domínio imperialista, os países capitalistas atrasados estão obrigados a ceder aos interesses do capital financeiro e monopólios. A intenção de revitalizar o falido Mercosul como meio de integração regional e de obter "regras mais justas" em relação com as potências comerciais indica bem o ilusionismo pequeno-burguês. As regras mundiais são determinadas pelo imperialismo e as semicolônias não têm como alterá-las.

12. O pressuposto do cumprimento das resoluções da ONU, como o PT se manifestou diante da iminente guerra dos Estados Unidos contra o Iraque, é uma posição pró-imperialista. As resoluções da ONU são ditadas pelas potências, são intervencionistas e esmagam o direito de autodeterminação dos povos. A ONU é um órgão de negociação do imperialismo. As nações semicolônias não tem nenhum poder sobre

ela. Portanto, quaisquer decisões estarão de acordo com esta ou aquela potência. Pela política do pacifismo e do legalismo internacional sob o comando da ONU, o governo do PT acabará se arrastando por trás do intervencionismo norte-americano e seus aliados.

13. As massas seguiram o PT nessas eleições não só por estarem descontentes com os resultados do Plano de Estabilização de FHC mas também porque sofreram tremenda pressão eleitoral da maior parte dos aparatos da burguesia, do movimento sindical e popular. Insuflaram-se as ilusões democráticas em torno de um governo de mudança pacífica. A experiência mostra e mostrará que as eleições não podem gerar um governo voltado para a maioria explorada. Os trabalhadores, que são a maioria, elegem o governo mas não podem imprimir-lhe seu conteúdo de classe, sua política e suas necessidades. As diferenças que possam ter um governo para outro não eliminam o essencial: trata-se de governos capitalistas.

14. As massas farão experiência com o governo social-democrata petista por meio das reformas antipopulares e pelo ataque

que sofrerão às suas condições de vida. Partindo dessa base, constatarão a farsa do programa social do PT e poderão ver a sua política de subserviência aos monopólios e à oligarquia que historicamente domina o Estado brasileiro. A evolução da crise interna está em grande medida condicionada pelas tendências desintegradoras da crise mundial. A linha do PT é de pretender combinar de posições favoráveis ao capital imperialista e de certa proteção ao capital nacional. O governo lulista poderá oscilar entre posições pró-imperialistas e nacionalistas. Essa ambigüidade constitui uma das características do reformismo social-democrata pequeno-burguês. Entretanto, é bem possível que as posições pró-imperialistas ganhem força rapidamente nesse governo.

15. O Partido Operário Revolucionário (POR) ajudará a classe operária, os camponeses e a classe média urbana arruinada a atravessar essa experiência defendendo as reivindicações dos explorados, levantando as bandeiras antiimperialistas e anticapitalistas, desenvolvendo os pontos de vista da revolução proletária, combatendo a políti-

ca do pacto social, organizando a ação direta das massas, trabalhando pela aliança operária e camponesa e pela constituição da frente única antiimperialista.

16. É fundamental nesse processo impulsionar a construção do partido marxista-leninista-trotskyista, como secção da IV Internacional que está sendo reconstruída por meio do Comitê de Enlace. A luta pela independência da classe operária diante do governo PT/Lula é decisiva para avançar essa tarefa no Brasil. As correntes de esquerda mostraram sua debilidade histórica ao terem seguido o PT em eleições anteriores e terem justificado com a premissa de que se tratava de um partido ligado às massas e que Lula era a expressão da classe operária contra a burguesia. Parte dessa esquerda continua no PT e participa direta ou indiretamente do governo. Uma outra apoiou de fora o PT no 2º turno com a justificativa de atender aspiração dos explorados e ajudar a derrotar o candidato de FHC. Tais compromissos as afastaram do programa da revolução e ditadura proletárias, portanto, da construção do partido revolucionário.

Bolívia

Como o homem comum se transforma em militante revolucionário profissional?

Primeiro vejamos o que é um militante revolucionário profissional.

O militante marxista-leninista-trotskyista é um bolchevique, um revolucionário profissional que se transformou com a ajuda do programa do Partido Operário Revolucionário, que é a expressão da política do proletariado, cuja finalidade estratégica é a conquista do poder, colocando em pé a ditadura do proletariado que caminhará para a sociedade comunista.

O militante porista se forma, se transforma no caldeirão do programa porista.

É chamado de revolucionário profissional porque dedica toda sua vida, suas atitudes, para a luta pela revolução social. Na organização celular, no estudo, na prática, conseguiu adquirir os conhecimentos e as práticas necessárias para poder cumprir devidamente as tarefas partidárias; por isso é um revolucionário profissional e não por receber dinheiro do partido para desempenhar esta atividade, isto fazem os estalinistas e outros inimigos da causa da libertação dos oprimidos e explorados.

Não tem nome próprio (utiliza pseudônimos para se identificar), não tem nenhum impedimento, não tem domicílio conhecido,

seu objetivo final é a luta revolucionária.

Suas Características

Os militantes poristas provêm de várias classes sociais.

Se vierem do proletariado, se elevam acima das massas graças a sua elevada politização.

Se vierem do campesinato ou de setores da classe média, devem se proletarianizar ideologicamente.

Os poristas levam sua vida diária conforme suas idéias políticas. Não podemos conceber um revolucionário sacrificando-se para viver como um burguês. Distingue-se por sua severa disciplina e por rechaçar a vida de vagabundo e viciado.

Partido de Revolucionários

O POR não é eleitoral, seu método de luta mais importante é a violência revolucionária, a ação direta das massas. Autodefine-se como a vanguarda revolucionária do proletariado.

Por todas estas características, sobretudo por ser um partido de revolucionários profissionais. Seus militantes foram selecionados em setores de massa, foram se transformando ao passar pelo programa e pelo materialismo dialético.

Este partido minoritário é formado por células, que são as que trabalham no seio das massas. Desta forma a minoria porista, de marxistas-leninistas-trotskyistas atua como direção das maiorias. As células poristas dirigem a classe operária.

Os poristas são líderes das maiorias

O programa do POR é o programa das maiorias exploradas e oprimidas.

A luta instintiva das massas se transforma em consciente, em política, porque o programa marxista penetra nela através de seu partido, o POR.

Isto é possível graças ao trabalho das células no seio dos explorados e oprimidos. Os militantes são incorporados em plena luta das massas por seus problemas econômicos e por motivos estratégicos.

Desta forma se produz a fusão das massas radicalizadas no combate à atividade sustentada pelos bolcheviques.

Os poristas são ganhos na luta das maiorias pela influência da ação que realizam os bolcheviques.

(extraído do Masas boliviano 1832 de 6 de dezembro de 2002)

Guerra dos Estados Unidos contra o Iraque

Trabalhar pela derrota do imperialismo

O jogo das potências no Conselho de Segurança da ONU, frente aos preparativos de guerra dos Estados Unidos contra o Iraque, está chegando ao fim. O objetivo de guerra do governo Bush tem de ser cumprido. A ocupação do Iraque é parte de uma estratégia mais geral dos Estados Unidos de ampliar seu domínio mundial. As bacias petrolíferas asiáticas têm de estar sob o controle dos monopólios norte-americanos.

O expansionismo territorial sobre diversos pontos da Ásia é uma condição para a maior potência enfrentar a superprodução, o estreitamento de mercados, o acirramento da guerra comercial e, particularmente, a dependência externa do petróleo. O imperialismo em crise não pode tolerar governos nacionalistas que tenham em suas mãos fontes de matérias-primas.

O governo Bush vem expressando a gigantesca pressão das potentes forças produtivas movimentadas sob o comando da oligarquia financeira e do Estado. As forças produtivas se encontram em choque com as fronteiras nacionais e a alta concentração monopolista. É parte dessa situação a monumental indústria bélica. Bush está obrigado a uma agressiva investida militarista em todo o globo.

Os demais países imperialistas se vêem premidos a ceder espaço ao carro chefe do capitalismo. As manobras diplomáticas e de aparência pacifista da França e Alemanha apenas têm retardado a decisão já tomada pelo governo norte-americano de ocupar o Iraque, eliminar Saddam e ampliar seu domínio nessa região.

Defesa da autodeterminação dos povos

Está colocado para os explorados do mundo inteiro o combate à ofensiva econômica e bélica do imperialismo norte-americano e seus aliados. Os povos oprimidos começam a se rebelar contra a prepotência dos ianques e as negociações interimperialistas em torno das áreas de influência.

A luta pela autodeterminação dos povos assume um caráter de emergência revolucionária contra a decomposição mundial do capitalismo e a necessidade das potências descarregarem a crise so-

bre as semicolônias.

O conteúdo da autodeterminação implica ruptura e enfrentamento com todas as variantes do imperialismo. Sua defesa conduz à rebelião das nações e povos oprimidos contra o saque e a ocupação econômica e militarista do imperialismo sobre as semicolônias. Trata-se da real defesa da independência e soberania dos povos oprimidos. Ao contrário disso, o imperialismo avança violentamente por cima das fronteiras nacionais, impõe suas condições econômico-financeiras e aumenta o jugo da dominação pela via militar.

Verificamos isso não só nos acontecimentos do Oriente Médio mas aqui mesmo na América Latina. Nesse exato momento, os Estados Unidos estão por detrás do movimento pela derrubada do governo semi-nacionalista de Hugo Chavez, Venezuela. Responder as ataques imperialistas com a bandeira da autodeterminação exige que o movimento operário, camponês e popular se coloque contra o domínio do capital financeiro e dos monopólios; contra os governos que se submetem ao imperialismo.

A autodeterminação dos povos levanta-se como luta antiimperialista, que só a classe operária e as massas oprimidas podem empunhar. É dever de todas as correntes que se reivindicam da luta antiimperialista empunhá-la para derrotar no campo da luta de classes a burguesia.

Lutar contra a guerra por meio de uma frente única antiimperialista

Diferentemente da guerra do Golfo Pérsico de 1991, em que o imperialismo iludiu a população mundial com o argumento de defender o Kuwait contra o Iraque invasor e seu governo ditatorial, agora os motivos apresentados de eliminação de armas químicas não escondem os reais interesses dos Estados Unidos. Cresce por toda parte o ódio à prepotência militarista do colonialismo imperialista. Inclusive nos Estados Unidos começa a haver contestação à política externa de Bush.

Por detrás do sentimento antiimperialista das massas, estão o desemprego crescente e as medidas capitalistas de defesa dos monopólios contra os assala-

riados.

A luta de classe internacional se amplia sob o impacto da crise econômica e social. A resistência antiimperialista dos povos oprimidos tende a crescer. E sua influência atinge os trabalhadores das potências.

O problema está em organizar o movimento dos povos oprimidos sobre a base da frente única antiimperialista, liderada pela classe operária. Nos países imperialistas, organizar a frente única operária contra os governos do capital financeiro e dos monopólios; contra o Estado da burguesia imperialista.

No Brasil, coloca-se a organização comitês antiimperialistas para mobilizar nacionalmente os explorados contra os monopólios que dominam a economia interna e impõem sua política ao governo brasileiro, no caso agora o governo do PT/Lula.

Não se pode combater a ofensiva militar dos Estados Unidos e, especialmente, a guerra contra o Iraque sem se colocar internamente as tarefas de ruptura com o imperialismo e de combate ao grande capital. Enfrentando assim o imperialismo, a classe operária se colocará numa posição de independência frente à burguesia brasileira e o novo governo, que certamente se mostrará incapaz de se colocar conseqüentemente contra a estratégia expansionista do imperialismo. Lula já deu sinais nesse sentido ao defender que o Iraque cumpra as decisões da ONU. O movimento antiimperialista deve rechaçar essa posição e exigir que o governo de Lula se coloque do lado do Iraque oprimido contra o imperialismo opressor.

As organizações operárias e camponesas têm o dever revolucionário de assumir as tarefas antiimperialistas e anticapitalistas, colocando-as no terreno prático da mobilização de massa por meio de uma frente única antiimperialista.

Derrotar a ofensiva bélica dos Estados Unidos!

Defender o Iraque contra a guerra imperialista!

Constituir a frente única antiimperialista!

Rechaçar a posição do governo Lula de que o Iraque cumpra as decisões da ONU!

Lutar pela autodeterminação incondicional das nações oprimidas!